

**Gestão 2022-2024**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Paulo César Zeni**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siufi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão  
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA CONJUNTA PRE-MS/PGJ-MS N. 1, DE 21/7/2022**

*Regulamenta o plantão eleitoral dos Promotores Eleitorais nas Eleições de 2022*

O PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL EM MATO GROSSO DO SUL e o PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL, no exercício de suas atribuições constitucionais e, em especial, nos termos dos artigos 78 e 79, da Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993, dos artigos 7º, V, e 126 da Lei Complementar do Estado de Mato Grosso do Sul n. 72, de 18 de janeiro de 1994, e do art. 6º da Resolução Conjunta PRE-PGJ/MS n. 1, de 21 de setembro de 2021 e

CONSIDERANDO que compete ao Procurador Regional Eleitoral expedir instruções aos órgãos do Ministério Público Eleitoral que oficiem perante os Juízos Eleitorais (art. 24, VIII, c/c art. 27, § 3º, do Código Eleitoral e art. 77 da LC n. 75/93);

CONSIDERANDO que, de acordo com o art. 77 da LC n. 75/93, compete ao Procurador Regional Eleitoral exercer as funções do Ministério Público nas causas de competência do Tribunal Regional Eleitoral respectivo, além de dirigir, no Estado, as atividades do setor;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 6º, caput, da Resolução Conjunta PRE-PGJ/MS n. 1/2021, as designações de Promotores de Justiça para atuação perante a Justiça Eleitoral são feitas após indicação pelo Procurador-Geral de Justiça, cujas atribuições institucionais garantem conhecimento e domínio da realidade administrativa e organizacional do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar o regime de plantão dos Promotores Eleitorais nas eleições de 2022 e a respectiva cooperação mútua, com vistas a uma atuação mais eficiente na defesa do regime democrático;

CONSIDERANDO a edição da Portaria PRE/MS n. 18, de 17 de março de 2022, que disciplina e coordena a atuação dos Promotores Eleitorais nas eleições de 2022 em Mato Grosso do Sul, bem como delega atribuições da Procuradoria Regional Eleitoral aos Promotores Eleitorais, para auxílio na fiscalização das eleições;

**RESOLVEM:**

Art. 1º. Fica autorizada a cooperação recíproca entre os Promotores Eleitorais que oficiem perante as Zonas Eleitorais do mesmo município, para atuarem no processo eleitoral do ano de 2022.

Art. 2º. Institui-se regime de plantão dos Promotores Eleitorais, entre 15 de agosto e 19 de dezembro de 2022, inclusive nos finais de semana e feriados, em razão da peremptoriedade e continuidade dos prazos, que não se suspendem aos sábados, domingos e feriados (art. 16 da LC n. 64/90, art. 94 da Lei n. 9.504/97 e Resolução TSE n. 23.674, de 16 de dezembro de 2021).

§ 1º. Para os fins do caput - exceto na antevéspera, véspera e no dia da eleição - nos finais de semana e feriados, poderá ser realizado rodízio entre Promotores Eleitorais oficientes em zonas eleitorais próximas ou contíguas (art. 91, parágrafo único, da Portaria PGR/PGE n. 1/2019).

§ 2º. A escala de rodízio de que trata o parágrafo primeiro deverá ser previamente informada, em ato formal próprio, aos respectivos Juízes Eleitorais, ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias Eleitorais e à Procuradoria Regional Eleitoral.

Art. 3º. O exercício da função eleitoral, em especial em ano de eleições, tem precedência sobre as demais atribuições dos Promotores Eleitorais (art. 365 do Código Eleitoral e art. 94 da Lei 9.504/97).

Parágrafo único. Os feitos eleitorais, no período compreendido entre o registro de candidatura até cinco dias após a realização do segundo turno das eleições, terão prioridade perante o Ministério Público Eleitoral, ressalvados os processos de habeas corpus e mandado de segurança (art. 94 da Lei 9.504/97).



Art. 4º. Os Promotores Eleitorais poderão, a qualquer momento, dirigir-se à Procuradoria Regional Eleitoral com vistas à obtenção de subsídios necessários ao desempenho de suas funções e à atuação integrada do Ministério Público Eleitoral.

Art. 5º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência da presente Portaria aos Exmos. Srs. Promotores Eleitorais Titulares neste Estado, Vice-Procurador-Geral Eleitoral, Coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias Eleitorais e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral.

Publique-se no DMPF-e e no DJE/MS.

Campo Grande, 21 de julho de 2022.

PEDRO GABRIEL SIQUEIRA GONÇALVES  
Procurador Regional Eleitoral

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

#### **PORTARIA Nº 3871/2022-PGJ, DE 1º.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

#### **R E S O L V E :**

Convocar os membros abaixo relacionados para participarem do curso “O MP e o combate às *fake news* eleitorais”, no dia 5.8.2022, às 9h, no Auditório Dr. Nereu Aristides Marques, na sede do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, na Rua Pres. Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214, Jardim Veraneio, em Campo Grande, desde que não haja qualquer prejuízo à continuidade dos trabalhos afetos às respectivas unidades de serviço.

- Allan Thiago Barbosa Arakaki
- Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro
- Anthony Allison Brandão Santos
- Camila Augusta Calarge Doreto
- Douglas Silva Teixeira
- Humberto Lapa Ferri
- Jean Carlos Piloneto
- João Meneghini Girelli
- Lívia Carla Guadanhim Bariani
- Mariana Sleiman Gomes
- Rogerio Augusto Calabria de Araujo
- Thalys Franklyn de Souza
- Victor Leonardo de Miranda Taveira

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 3834/2022-PGJ, DE 29.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 9ª Promotora de Justiça de Dourados, Fabrícia Barbosa Lima, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 17ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no dia 26.7.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Luiz Gustavo Camacho Terçariol.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 3835/2022-PGJ, DE 29.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 11º Promotor de Justiça de Dourados, Amílcar Araujo Carneiro Junior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 2ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal (2) da referida Comarca no dia 26.7.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Luiz Gustavo Camacho Terçariol.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 3828/2022-PGJ, DE 29.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Érica Rocha Espindola 3 (três) dias de compensação no período de 27 a 29.7.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 21 a 28.8.2017, 21 a 28.5 e 26.11 a 3.12.2018, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 3122/2022-PGJ, DE 24.6.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 19 (dezenove) dias de férias remanescentes à Promotora de Justiça Fabrícia Barbosa Lima, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, que seriam usufruídos no período de 4 a 22.7.2022, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2022.00005331-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3836/2022-PGJ, DE 29.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Procurador de Justiça Edgar Roberto Lemos de Miranda 5 (cinco) dias de férias compensatórias no período de 15 a 19.8.2022, referentes ao recesso forense de 22 a 31.12.1994, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3837/2022-PGJ, DE 29.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Procurador de Justiça Edgar Roberto Lemos de Miranda 4 (quatro) dias de compensação no período de 22 a 25.8.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 19 a 26.11.2018 e 4 a 11.2.2019, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3846/2022-PGJ, DE 29.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 2923/2022-PGJ, de 20.6.2022, que concedeu à Promotora de Justiça Clarissa Carlotto Torres 1 (um) dia de férias compensatórias, que seria usufruído no dia 25.7.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3850/2022-PGJ, DE 1º.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 2º Promotor de Justiça de Três Lagoas, Fernando Marcelo Peixoto Lanza, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 1ª Vara Criminal da comarca de Três Lagoas no período de 3 a 5.8.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3277/2022-PGJ, DE 4.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, férias ao membro do Ministério Público abaixo nominado, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue (PGA nº 09.2022.00006050-4):

MEMBRO	PERÍODO AQUISITIVO	TIPO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Antonio André David Medeiros	2020/2021	Regulamentares	20	11.7 a 9.8.2022
	2021/2022	Regulamentares	10	

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3838/2022-PGJ, DE 29.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos 3 (três) dias de compensação no período de 19 a 21.10.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 10 a 16.6 e 1º a 7.7.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3839/2022-PGJ, DE 29.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Kristiam Gomes Simões 5 (cinco) dias de compensação no período de 15 a 19.8.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 22 a 29.11.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3862/2022-PGJ, DE 1º.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 1º Promotor de Justiça de Bonito, João Meneghini Girelli, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências do Juizado Especial Adjunto da comarca de Costa Rica no dia 3.8.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3475/2022-PGJ, DE 12.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, férias ao membro do Ministério Público abaixo nominado, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue (PGA nº 09.2022.00004523-6):

MEMBRO	PERÍODO AQUISITIVO	TIPO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Pedro de Oliveira Magalhães	2020/2021	Regulamentares	28	15.8 a 13.9.2022
	2016/2017	Remanescentes	1	
	2014/2015	Remanescentes	1	

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3863/2022-PGJ, DE 1º.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça de Ribas do Rio Pardo, George Zarour Cezar, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 2ª Vara da comarca de Costa Rica no dia 4.8.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3840/2022-PGJ, DE 29.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Lia Paim Lima 2 (dois) dias de compensação nos dias 9 e 10.8.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 3 a 6.6.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3841/2022-PGJ, DE 29.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Lia Paim Lima 1 (um) dia de férias compensatórias no dia 12.8.2022, referente ao feriado forense de 20.12.2021 a 6.1.2022, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça



**PORTARIA Nº 3865/2022-PGJ, DE 1º.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Claudio Rogerio Ferreira Gomes 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referente ao quinquênio compreendido nos períodos de 11.7.2002 a 2.5.2004 e 3.5.2019 a 8.7.2022, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2022.00006876-2).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3869/2022-PGJ, DE 1º.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 3ª Promotora de Justiça de Sidrolândia, Bianka Machado Arruda Mendes, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos Autos nº 0001131-30.2021.8.12.0045, em trâmite na 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3456/2022-PGJ, DE 12.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, férias ao membro do Ministério Público abaixo nominado, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue (PGA nº 09.2022.00006688-6):

MEMBRO	PERÍODO AQUISITIVO	TIPO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Daniel Pivaro Stadniky	2021/2022	Regulamentares	10	25.7 a 9.8.2022
	2020/2021	Remanescentes	6	

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3842/2022-PGJ, DE 29.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Arthur Dias Junior 1 (um) dia de compensação no dia 29.7.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no dia 29.2.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça



**PORTARIA Nº 3845/2022-PGJ, DE 29.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Cláudia Loureiro Ocariz Almirão 2 (dois) dias de férias compensatórias nos dias 10 e 11.11.2022, referentes ao feriado forense de 20.12.2018 a 6.1.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3457/2022-PGJ, DE 12.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 10 (dez) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Luciano Furtado Loubet, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, que seriam usufruídos no período de 12 a 21.9.2022, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2022.00006610-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3872/2022-PGJ, DE 1º.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 65º Promotor de Justiça de Campo Grande, Bolívar Luis da Costa Vieira, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 66ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 28.7 a 10.8.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Aline Mendes Franco.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3524/2022-PGJ, DE 14.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 2621/2022-PGJ, de 1º.6.2022, que indeferiu ao Promotor de Justiça Antonio Carlos Garcia de Oliveira 20 (vinte) dias de férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, de forma que, onde consta “no período de 11 a 30.7.2022”, passe a constar “nos períodos de 11 a 27.7.2022 e 1º a 3.8.2022”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3161/2022-PGJ, DE 28.6.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Procurador de Justiça Aroldo José de Lima, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, que seriam usufruídos no período de 11 a 30.7.2022, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2022.00005687-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3909/2022-PGJ, DE 2.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Delegar atribuição à Procuradora de Justiça Mara Cristiane Crisóstomo Bravo para atuar na sessão de julgamento do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul designada para o dia 3.8.2022.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3873/2022-PGJ, DE 2.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 3º Promotor de Justiça de Campo Grande, Fernando Jorge Manvailer Esgaib, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 9ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 29.8 a 2.9.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Emy Louise Souza de Almeida Albertini.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3874/2022-PGJ, DE 1º.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 1ª Promotora de Justiça de Miranda, Talita Zoccolaro Papa Muritiba, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 2ª Promotoria de Justiça e o Juizado Especial Adjunto da referida Comarca no dia 29.7.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Cíntia Giselle Gonçalves Latorraca.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3875/2022-PGJ, DE 1º.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,  
**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Rosana Suemi Fuzita Irikura, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 51ª Zona Eleitoral nos períodos de 1º a 10.8.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Jui Bueno Nogueira.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3463/2022-PGJ, DE 12.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 10 (dez) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, que seriam usufruídos no período de 18 a 27.7.2022, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2022.00005425-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3876/2022-PGJ, DE 1º.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 5º Promotor de Justiça de Corumbá, Luciano Bordignon Conte, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 1º a 5.8.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Viviane Zuffo Vargas Amaro.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3877/2022-PGJ, DE 1º.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 2ª Promotora de Justiça de Corumbá, Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Supervisão das Promotorias de Justiça Cíveis e Especializadas da referida Comarca no período de 1º a 5.8.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Viviane Zuffo Vargas Amaro.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3878/2022-PGJ, DE 2.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 3ª Promotora de Justiça de Naviraí, Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 4ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 31.8 a 6.9.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Juliana Martins Zaupa.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3523/2022-PGJ, DE 14.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 10 (dez) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Romão Avila Milhan Junior, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, que seriam usufruídos no período de 25.7 a 3.8.2022, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2022.00005124-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3879/2022-PGJ, DE 2.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 1º Promotor de Justiça de Jardim, Allan Carlos Cobacho do Prado, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 9, 10 e 12.8.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Lia Paim Lima.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3880/2022-PGJ, DE 2.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Allan Carlos Cobacho do Prado, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 22ª Zona Eleitoral no período de 9 a 12.8.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Lia Paim Lima.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3881/2022-PGJ, DE 2.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça de Rio Negro, Juliana Pellegrino Vieira, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Rio Verde de Mato Grosso no período de 3 a 5.8.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Matheus Carim Bucker.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3460/2022-PGJ, DE 12.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 2666/2022-PGJ, de 3.6.2022, que indeferiu ao Promotor de Justiça George Zarour Cezar férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, de forma que, onde consta “1º a 10.8.2022”, passe a constar “1º a 5.8.2022 e 15 a 19.8.2022”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3882/2022-PGJ, DE 2.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Juliana Pellegrino Vieira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 21ª Zona Eleitoral no período de 3 a 5.8.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Matheus Carim Bucker.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3883/2022-PGJ, DE 2.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 1º Promotor de Justiça de Chapadão do Sul, Matheus Macedo Cartapatti, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da referida Comarca no dia 1º.8.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Fernanda Proença de Azambuja.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3318/2022-PGJ, DE 5.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, férias ao membro do Ministério Público abaixo nominado, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue (PGA nº 09.2022.00006371-2):

MEMBRO	PERÍODO AQUISITIVO	TIPO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Gisleine Dal Bó	2019/2020	Regulamentares	10	21.7 a 9.8.2022
	2020/2021	Regulamentares	10	

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3889/2022-PGJ, DE 2.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 65º Promotor de Justiça de Campo Grande, Bolivar Luis da Costa Vieira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as sessões plenárias do Tribunal do Júri da comarca de Maracaju, conforme segue:

AUTOS	DIAS
0000632-76.2020.8.12.0014	2.8.2022
0002182-43.2019.8.12.0014	18.8.2022

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3890/2022-PGJ, DE 2.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Tathiana Correa Pereira da Silva 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referente ao quinquênio de 2017/2022, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2022.00007042-4).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3888/2022-PGJ, DE 2.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Suspender, no período de 25 a 28.7.2022, as férias regulamentares do Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves concedidas por meio da Portaria nº e-779/2022-PGJ, de 23.6.2022.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3885/2022-PGJ, DE 2.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Thiago Bonfatti Martins 2 (dois) dias de férias compensatórias nos dias 5 e 6.9.2022, referentes ao feriado forense de 20.12.2015 a 6.1.2016, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3320/2022-PGJ, DE 5.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, férias ao membro do Ministério Público abaixo nominado, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue (PGA nº 09.2022.00006306-7):

MEMBRO	PERÍODO AQUISITIVO	TIPO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Élcio Félix D'Angelo	2021/2022	Regulamentares	10	27.10 a 25.11.2022
	2001/2002	Remanescentes	15	
	2018/2019	Remanescentes	5	

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3886/2022-PGJ, DE 2.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Thiago Bonfatti Martins férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2017/2018, a serem usufruídas no período de 8 a 17.9.2022, e férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, no período de 18 a 28.9.2022 [KFAPdFR1], nos termos dos artigos 139, inciso I, 140, e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3855/2022-PGJ, DE 1º.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Rita de Cassia Figueiredo de Mello, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, a partir de 31.8.2020, até completar as exigências para aposentadoria compulsória, nos termos do artigo 6º da Lei Complementar Estadual nº 274, de 21 de maio de 2020, c/c o artigo 31-B, § 20, da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, observados os critérios da legislação atualmente vigente (PGA nº 09.2022.00006650-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça



**PORTARIA Nº 3853/2022-PGJ, DE 1º.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 970, de 18.7.2022, da Prefeitura Municipal de Paranaíba, que estabeleceu ponto facultativo no âmbito do referido município no dia 25.7.2022, em razão do feriado municipal comemorado no dia 26.7.2022, Dia de Nossa Senhora Santana;

CONSIDERANDO a decisão exarada na Portaria nº 218.010.082.0047/2022, da Direção do Foro da comarca de Paranaíba, que decretou ponto facultativo no âmbito do Poder Judiciário e autorizou o fechamento do fórum no dia 25.7.2022,

**R E S O L V E:**

Declarar ponto facultativo o dia 25.7.2022, segunda-feira, no âmbito das Promotorias de Justiça de Paranaíba, excetuados os serviços que por sua natureza não permitam a paralisação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3860/2022-PGJ, DE 1º.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais das Ata de Registro de Preços nº 9/PGJ/2022, conforme segue: 1) Gestora – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 1.1) Suplente – Elias Vitorino Filho, Auxiliar; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I (PGA nº 09.2022.00001686-3).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3861/2022-PGJ, DE 1º.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras do protocolo de intenções celebrado entre o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e a Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul (ESMP) e da Escola Superior da Advocacia Pública, decorrente do Processo nº 09.2022.00002458.-5, conforme segue: 1) Gestora – Joana Maria Diedrich, Chefe do Departamento de Apoio Administrativo da ESMP; 1.1) Suplente – Bruna Natielly Dutra Santana, Assessora Jurídica.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3782/2022-PGJ, DE 28.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais das Atas de Registros de Preços nºs 20/PGJ/2022, 21/PGJ/2022, 22/PGJ/2022, 23/PGJ/2022 e 24/PGJ/2022, conforme segue: 1) Gestora – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 1.1) Suplente – Elias Vitorino Filho, Auxiliar; 2) Fiscal – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I (PGA nº 09.2021.00005742-8).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3884/2022-PGJ, DE 1º.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 3.720/2022, de 5.7.2022, da Prefeitura Municipal de Cassilândia, que antecipa para o dia 1º.8.2022 o feriado municipal do dia 3.8.2022, em razão da comemoração do aniversário da emancipação político-administrativa do município;

CONSIDERANDO a decisão exarada no Processo nº 066.113.0010/2022, do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul na comarca de Cassilândia, que acompanhou a antecipação do feriado municipal e autorizou o fechamento do fórum no dia 1º.8.2022,

**R E S O L V E :**

Antecipar para o dia 1º.8.2022, segunda-feira, o feriado municipal do dia 3.8.2022, quarta-feira, no âmbito das Promotorias de Justiça de Cassilândia, excetuados os serviços que por sua natureza não permitam a paralisação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 3796/2022-PGJ, DE 28.7.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Retificar a Portaria nº 3554/2022-PGJ, de 18.7.2022, que designou a servidora Gillielen Laura Alves Lobo Ruso para prestar serviço às Promotorias de Justiça de Corumbá, de forma que, onde consta: “prestar serviços à 4ª Promotoria de Justiça da referida Comarca”, passe a constar: “prestar serviços à 3ª Promotoria de Justiça da referida Comarca”.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3851/2022-PGJ, DE 1º.8.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Convocar os servidores abaixo relacionados para participarem do curso “Manejo da crise suicida”, a ser realizado no período de 3 a 5.8.2022, no prédio-sede da Escola Superior do Ministério Público.

- Alyne Chaves Cruz
- Danilva Ferreira Santos
- Denise Oliveira da Silveira Xavier
- Desirée Oliveira da Silveira
- Elaine Cristina França Tavares Flor
- Elizandra Valladão Delfino de Aguiar
- Eloina Caceres da Cruz
- Glauce Rocha de Sousa Gomes
- Jonise Rodrigues Vieira
- Joyse Cabreira de Sousa
- Lindomar Pacheco
- Renata Valeria Brito Espindola
- Suzete dos Santos Bezerra
- Sydnei Ferreira Ribeiro Junior
- Valricia Miranda de Oliveira
- Vanusa Weber
- Zilia Franco Godoy

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3852/2022-PGJ, DE 1º.8.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Anderson Fernandes, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o pagamento de 5% (cinco por cento) do adicional de qualificação, a contar de 10.6.2022, nos termos dos artigos 35 e 36, inciso III e § 4º, da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, bem como dos artigos 4º, 5º, inciso IV e 7º da Resolução nº 8/2012-PGJ, de 4.4.2012; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 1646/2016-PGJ, de 6.6.2016, que concedeu ao referido servidor o pagamento de 2,5% (dois e meio por cento) do adicional de qualificação (PGA nº 09.2022.00006037-0).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3856/2022-PGJ, DE 1º.8.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Retificar a Portaria nº 3471/2022-PGJ, de 12.7.2022, que designou a servidora Ana Emília Alves Barbosa para prestar serviços à 5ª Promotoria de Justiça de Dourados, de forma que, onde consta “no período de 1º a 22.7.2022”, passe a constar “no período de 11 a 22.7.2022”.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3854/2022-PGJ, DE 1º.8.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020, bem como o artigo 16, inciso I, da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018,

**R E S O L V E:**

Autorizar a servidora Caroline Pires Aquino, ocupante do cargo efetivo de Analista, área de atividade Direito, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada na Procuradoria-Geral Adjunta de Justiça Administrativa e designada para prestar serviços na Divisão de Apoio ao Gabinete do Procurador-Geral Adjunto de Justiça, a prestação de suas atribuições fora do órgão originário de lotação e fora das dependências do Ministério Público Estadual, na modalidade de teletrabalho, a partir de 21.7.2022, pelo prazo de 6 (seis) meses, nos termos dos artigos 1º, § 1º; 4º e 9º, §§ 1º e 5º, IV; 10 e 13 da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018 (PGA nº 09.2022.00006831-8).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3857/2022-PGJ, DE 1º.8.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E:**

Designar a servidora Mirtes Amin Fonseca Bernardes, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Setor de Expediente do Departamento Auxiliar dos Órgãos Superiores no período de 11 a 20.7.2022, em razão de férias da titular, Maria Aparecida Gomes Bispo.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3858/2022-PGJ, DE 1º.8.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E:**

Designar o servidor Rafael de Araújo Dantas, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Dourados e designado para prestar serviços na 17ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 9ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos períodos de 25.4 a 21.10.2022, de 24.10 a 12.11.2022 e de 16.11 a 15.12.2022, em razão de licença-maternidade e férias da servidora Aline Silva de Azevedo Cavalcante, Técnica I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3859/2022-PGJ, DE 1º.8.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E:**

Designar o servidor Renan da Silva Ovando, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designado para prestar serviços na 5ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 7ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 1º a 10.8.2022, em razão de férias da servidora Maria Alice da Silva Paiva Ramos, Técnica I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3343/2022-PGJ, DE 7.7.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias regulamentares à servidora Fernanda Rocha Gonçalves, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 4 a 13.7.2022, de 28.9 a 7.10.2022 e de 7 a 16.12.2022, nos termos dos artigos 1º e 4º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, e do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3866/2022-PGJ, DE 1º.8.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Ariane Albuquerque Miranda Pitzschk Terencio por meio da Portaria nº e-504/2022-PGJ, de 18.5.2022, que seriam usufruídas no período de 11 a 20.7.2022, a serem usufruídas no período de 1º a 10.8.2022, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3867/2022-PGJ, DE 1º.8.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Lucilene Spolladore Schuhmann por meio da Portaria nº e-846/2021-PGJ, de 28.7.2021, que seriam usufruídas no período de 12 a 21.9.2022, a serem usufruídas no período de 8 a 17.8.2022, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3887/2022-PGJ, DE 2.8.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-559/2022-PGJ, de 25.5.2022, na parte que concedeu à servidora Marisabel Moreira Santos a conversão de um terço das férias em abono pecuniário, de forma que, onde consta: “no período de 1º a 10.8.2022”, passe a constar: “no período de 29.8 a 7.9.2022”.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL****EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 41/2022**

Procedimento de Gestão Administrativa SAJ/MP nº 09.2022.00006690-9

Partes:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa

Donatário: Escola Municipal Professor Luis Antonio de Sá Carvalho de Campo Grande/MS, representado por seu Diretor, Cláudio Mário Abrahão Barbosa

Amparo legal: Resolução nº 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Data da assinatura: 15 de julho de 2022.

Itens doados:

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADE
1	Notebook	10
2	Disco Flash SSD	4
<b>TOTAL DE ITENS</b>		<b>14</b>

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 143/PGJ/2021**

Processo: PGJ/10/3283/2020

Partes:

**1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

**2- TOCCATO TECNOLOGIA EM SISTEMAS LTDA**, representada por **Perácio Feliciano Ferreira**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 15/PGJ/2021.

Amparo legal: Artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: **Prorrogação de vigência contratual**, por mais 12 (doze) meses.

Valor contratual total: R\$ 343.744,00 (trezentos e quarenta e três mil setecentos e quarenta e quatro reais).

Vigência: 13.08.2022 a 13.08.2023.

Data de assinatura: 1º de agosto de 2022.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA****BRASILÂNDIA****EDITAL N. 0018/2022/PJ/BRMS**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Brasilândia/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na Rua Raimundo Assis de Alencar, nº 1075, Centro - Brasilândia/MS.

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil nº 09.2022.00007625-1

Requerente: Câmara Municipal de Brasilândia/MS

Requerido: Escola Estadual Adilson Alves da Silva

Assunto: "Apurar as condições de higiene, infraestrutura, ventilação, salubridade e acústica do local das atividades escolares temporárias da escola estadual Adilson Alves da Silva, cujo prédio principal se encontra em reformas".

Brasilândia/MS, 01 de agosto de 2022.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor de Justiça

**CHAPADÃO DO SUL****RECOMENDAÇÃO Nº 0001/2022/1ªPJCS**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Chapadão do Sul/MS, representado pelo Promotor de Justiça subscritor, no uso das atribuições previstas no artigo 127 Constituição Federal; artigo 27, parágrafo único, IV, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993), artigo 29, inciso IV, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar nº 72/1994) e artigo 44 da Resolução PGJ nº 015/20071:

CONSIDERANDO que ao Ministério Público cabe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, da CF/88; art. 1º da Lei nº 8.625/93 e art. 1º da LC nº 72/94), sendo que, para tanto, deve promover inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF/88; art. 25, IV, b, da Lei nº 8.625/93 e art. 25, IV, b, da LC nº 72/94);

CONSIDERANDO que, segundo Hugo Nigro Mazzilli, o *Promotor de Justiça do patrimônio público e social tem sua área de atuação voltada para a defesa da probidade e legalidade administrativas e da proteção do patrimônio público e social*<sup>1</sup>;

CONSIDERANDO que a recomendação constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes

<sup>1</sup> MAZZILLI, Hugo Nigro. Introdução ao Ministério Público. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 319.





*repressivos por parte do Ministério Público”<sup>2</sup>, viabilizando, dessa maneira, a demonstração de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sem prejuízo de ação própria para anulação do ato ilegal praticado;*

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 1º da Resolução nº 164/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, *“a recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público por intermédio do qual este expõe, em ato formal, razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela instituição, atuando, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas”;*

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 11 da Resolução supra, *“na hipótese de desatendimento à recomendação, de falta de resposta ou de resposta considerada inconsistente, o órgão do Ministério Público adotará as medidas cabíveis à obtenção do resultado pretendido com a expedição da recomendação”;*

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento desta Promotoria de Justiça irregularidades na cedência de servidores públicos no Município de Chapadão do Sul/MS, os quais estão sendo cedidos para/pelo Município em desacordo com os regramentos legais pertinentes;

CONSIDERANDO que *“a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração”* (art. 37, inciso II, da CF/88);

CONSIDERANDO que a exigência do concurso público está baseada em três postulados fundamentais, quais sejam, *“princípio da igualdade, pela qual se permite que todos os interessados em ingressar no serviço público disputem a vaga em condições idênticas para todos”;* *“princípio da moralidade administrativa, indicativo de que o concurso veda favorecimentos e perseguições pessoais, bem como situações de nepotismo, em ordem a demonstrar que o real escopo da Administração é o de selecionar os melhores candidatos” e, por fim, “princípio da competição, que significa que os candidatos participam de um certame, procurando alcançar-se a classificação que os coloque em condições de ingressar no serviço público”<sup>3</sup>;*

CONSIDERANDO que, em algumas situações excepcionais, é autorizada a cedência de servidores públicos *para fim determinado e prazo certo* (v. Art. 34 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990 e Decreto nº 14.905/2017), respeitada a supremacia do interesse público e a necessidade de motivação específica para tanto;

CONSIDERANDO que, em respeito ao princípio da impessoalidade, a atuação da Administração Pública *deve voltar-se exclusivamente para o interesse público, e não para o privado, vedando-se, em consequência, sejam favorecidos alguns indivíduos em detrimento de outros e prejudicados alguns para favorecimento de outros<sup>4</sup>;*

CONSIDERANDO que, em razão do caráter excepcional, não se pode banalizar a utilização do permissivo legal de cedência de servidores públicos para burlar a nomeação de candidatos regularmente aprovados em concurso público ainda vigente, sem qualquer caráter ou conotação de extrema necessidade, inclusive, com prorrogações sucessivas e sem motivação idônea, o que afasta o requisito da temporariedade;

CONSIDERANDO que a cedência do servidor efetivo do Município de Chapadão do Sul/MS, Adilson da Silva Machado Alquim Gonçalves, ao município de Três Lagoas/MS perdura desde o ano de 2019 sem qualquer razão de interesse público que a justifique;

CONSIDERANDO que o Município de Chapadão do Sul/MS, durante o período em que o servidor Adilson da Silva Machado Alquim Gonçalves permanece cedido irregularmente ao município de Três Lagoas/MS, vem realizando diversas contratações temporárias, onerando desnecessariamente os cofres públicos;

<sup>2</sup> ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em ação. 2. ed. Salvador: JusPODVIM, 2013, p. 49.

<sup>3</sup> CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 30. ed., São Paulo: Gen Atlas, 2016, p. 661-662.

<sup>4</sup> CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 26 ed. REV., ampl. E atual. Até 31-12-2012. - São Paulo: Atlas, 2013. P. 20



CONSIDERANDO que a cedência do servidor efetivo do Estado de Mato Grosso do Sul, Heraldo Flores Monteiro, ao Município de Chapadão do Sul/MS perdura desde 05 de maio de 2014 e, muito embora haja Convênio de Cooperação Mútua entre este Município e o referido Estado para a efetivação de cessão de servidores públicos, este, por si só, não autoriza a manutenção de servidor cedido ao município por 08 (oito) anos, sem motivação e fundamentação idôneas;

CONSIDERANDO que o Município de Chapadão do Sul/MS realizou concurso público para o provimento de diversas vagas distribuídas no quadro de cargos municipal, abrangendo, inclusive, o cargo em que ocupa o servidor cedido Heraldo Flores Monteiro;

CONSIDERANDO o entendimento pacífico do Supremo Tribunal Federal que, sob o rito de Repercussão Geral no RE nº 837311, decidiu que o direito subjetivo à nomeação do candidato aprovado em concurso público exsurge nas seguintes hipóteses: 1 – Quando a aprovação ocorrer dentro do número de vagas dentro do edital; 2 – Quando houver preterição na nomeação por não observância da ordem de classificação; 3 – Quando surgirem novas vagas, ou for aberto novo concurso durante a validade do certame anterior, e ocorrer a preterição de candidatos de forma arbitrária e imotivada por parte da administração nos termos acima;

CONSIDERANDO que o Município de Chapadão do Sul/MS, ao admitir servidores cedidos do Estado em seu quadro de funcionários, incide em inequívoca manifestação da necessidade de serviços nos respectivos cargos, de modo que a manutenção de contratação precária na vigência de concurso público configura preterição dos aprovados;

CONSIDERANDO, portanto, que não há justificativa para a manutenção de servidores cedidos nos cargos em que há aprovados em concurso público aguardando nomeação, nem mesmo de servidores cedidos pelo Município sem qualquer razão de interesse público, e que a perpetuidade de tal situação viola o texto Constitucional e, “conforme reiteradamente afirmado pelo Supremo Tribunal Federal, a Constituição de 1988 reprovava severamente as contratações de pessoal pela Administração Pública sem a observância das normas referentes à indispensabilidade da prévia aprovação em concurso público, cominando a sua nulidade e impondo sanções à autoridade responsável (CF, art. 37, § 2º)” (STF, RE 705140, Re. Min. Teori Zavascki, TRIBUNAL PLENO. DJ: 28/08/2014), podendo caracterizar ato de improbidade administrativa;

RECOMENDA ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Chapadão do Sul - MS, com fundamento no art. 27, parágrafo único, IV, da Lei n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), art. 29, IV da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público de Mato Grosso do Sul), no art. 26, XX, da Lei Complementar nº 75/1993 (Ministério Público da União), art. 44 da Resolução nº 015/2007-PGJ, e no art. 15 da Resolução nº 023/2007-CNMP, arts. 3º e 10º, da Resolução nº 164/2017 – CNMP, QUE:

I – Visando à melhoria do serviço público, formalize eventuais futuras cedências de servidores públicos ao/pelo Município através de instrumento jurídico adequado, discriminando as hipóteses permissivas previstas nas legislações pertinentes, justificando expressamente a motivação e as razões de interesse público para tanto, inclusive no caso de eventuais prorrogações;

II – Solicite a revogação dos atos de cedência dos servidores que se encontram exercendo funções próprias de cargos efetivos da Administração Pública neste município, nas hipóteses em que exista candidato regularmente aprovado em concurso público ainda vigente;

III – Proceda, dentro de um prazo de 90 (noventa) dias, à nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas do edital do Concurso Público vigente para provimento de cargos do quadro permanente do Município, nas hipóteses em que houver servidor cedido exercendo a mesma função, respeitado o limite quantitativo de cargos criados em lei municipal;

IV – Solicite a revogação do ato de cedência do servidor Adilson da Silva Machado Alquim Gonçalves ao Município de Três Lagoas/MS, o conduzindo a seu cargo de origem e rescindindo o contrato temporário do servidor que esteja o substituindo;

V - Abstenha-se de contratar, a qualquer título, ou renovar as contratações de profissionais para atuar a título precatório, fora das hipóteses legais;



VI - Informe a esta Promotoria de Justiça, no prazo de 20 (vinte) dias, se cumpriu ou se pretende cumprir a recomendação e, em caso afirmativo, discriminar todas as medidas adotadas, apresentando desde logo os documentos comprobatórios;

VII - O descumprimento desta recomendação ensejará a interposição das medidas administrativas e judiciais cabíveis, em caso de omissão e manutenção da situação fática em tela;

VIII – Encaminhe-se, com remessa para a publicação cabível, o teor deste expediente ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Chapadão do Sul/MS;

IX – Encaminhe-se cópia da presente Recomendação ao gabinete de todos os vereadores em exercício no Município de Chapadão do Sul- MS, bem como ao Presidente da Câmara Municipal para conhecimento e medidas cabíveis, no âmbito de sua competência como fiscal dos atos do Poder Executivo;

X – Encaminhe-se cópia desta Recomendação para publicação no DOMP/MS;

XI - Em atenção ao disposto no parágrafo único do artigo 45 da Resolução n. 15/2007/PGJ, determino ao Executivo Municipal a divulgação adequada e imediata desta Recomendação no Diário Oficial do Município.

XII – Encaminhe-se cópia da presente Recomendação e do inteiro teor do presente Inquérito Civil ao Ministério Público de Contas vinculado ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul;

XIII - Decorrido o prazo, com ou sem resposta, certifique neste procedimento e retorne concluso.

Em caso de não acatamento desta Recomendação, o Ministério Público informa que adotará as medidas legais necessárias a fim de assegurar a sua observância.

Chapadão do Sul – MS, 26 de julho de 2022.

MATHEUS MACEDO CARTAPATTI  
Promotor de Justiça

#### IVINHEMA

#### EDITAL Nº 0014/2022/02PJ/IVH

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ivinhema/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Praça Dos Poderes, n. 900, Vitória, CEP: 79740-000, Ivinhema/MS, Telefone: (67)3442-1590, ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000790-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Edgar Melo dos Santos

Assunto: “Apurar danos em área de preservação permanente causados pela presença de animais bovinos, na Chácara Recanto Primavera, em Novo Horizonte do Sul/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental nº 030/3ºGPM/ 1ºPEL/BPMA/2022.

Ivinhema, 01 de agosto de 2022.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI  
Promotor de Justiça



## NOVA ANDRADINA

## INQUÉRITO CIVIL N. 06.2022.00000732-0

## RECOMENDAÇÃO N. 0004/2022/01PJ/NDI 0004/2022/01PJ/NDI

• O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 1ª Promotoria de Justiça de Nova Andradina/MS, representado pelo Promotor de Justiça subscritor, no uso das atribuições previstas no artigo 127 Constituição Federal; artigo 27, parágrafo único, IV, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993); artigo 29, inciso IV, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar nº 72/1994) e artigo 44 da Resolução PGJ nº 015/2007<sup>5</sup>:

CONSIDERANDO que ao Ministério Público cabe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da CF/88; art. 1º da Lei nº 8.625/93 e art. 1º da LC nº 72/94), sendo que, para tanto, deve promover inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF/88; art. 25, IV, b, da Lei nº 8.625/93 e art. 25, IV, b, da LC nº 72/94);

CONSIDERANDO que, segundo Hugo Nigro Mazzilli, o *“Promotor de Justiça do patrimônio público e social tem sua área de atuação voltada para a defesa da probidade e legalidade administrativas e da proteção do patrimônio público e social”*<sup>6</sup>;

CONSIDERANDO que a recomendação *“constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público”*<sup>7</sup>, viabilizando, dessa maneira, a demonstração de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sem prejuízo de ação própria para anulação do ato ilegal praticado;

CONSIDERANDO que, na linha do art. 37, *caput*, da Carta Maior da República, e do art. 25 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, a Administração Pública deve pautar-se pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, os quais são de plena exigibilidade jurídica, devendo ser observados compulsoriamente pelo ente público das esferas federal, estadual e municipal;

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento desta Promotoria de Justiça, após diligências investigativas promovidas pelo Promotor de Justiça Titular da 1ª Promotoria de Justiça de Nova Andradina, que há graves irregularidades na execução e na fiscalização dos contratos firmados entre o Município de Nova Andradina, que visam atender demandas da Secretaria de Assistência Social deste ente público, especialmente no que tange aos contratos de fornecimento de gêneros alimentícios pelos contratados;

CONSIDERANDO que já tramita no âmbito do Ministério Público Estadual, na 1ª Promotoria de Justiça de Nova Andradina, o presente Inquérito Civil para apurar supostos desvios de bens adquiridos pelo município de Nova Andradina – cobradores – no âmbito da Secretaria de Assistência Social, e que, após diligências investigativas, inclusive autorizadas judicialmente, foi possível detectar indícios de desvios de bens e insumos adquiridos para atender, originariamente, a população de Nova Andradina pela Secretaria de Assistência Social;

CONSIDERANDO que o depósito alugado pelo Município de Nova Andradina para armazenar e guardar os bens adquiridos pelo ente para atender às políticas públicas de assistência social não possui nenhum controle sobre de entrada e a saída dos materiais que são entregues no referido depósito, o que acaba por gerar uma situação inaceitável e injustificada de descontrole do patrimônio público, o que facilita a prática de desvios por parte de agentes públicos mal intencionados;

CONSIDERANDO que os contratos administrativos são negócios jurídicos que exigem a participação do poder

<sup>5</sup> Disciplina o inquérito civil e demais investigações do Ministério Público na área dos interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, as audiências públicas, os compromissos de ajustamento de conduta e as recomendações, e dá outras providências.

<sup>6</sup> MAZZILLI, Hugo Nigro. Introdução ao Ministério Público. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 319.

<sup>7</sup> ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em ação. 2. ed. Salvador: JusPODVIM, 2013, p. 49.



público e visam a persecução de um interesse coletivo (MARINELA, Fernanda, 2011, p. 441 e 440).

CONSIDERANDO que como exigência formal para os contratos administrativos, a legislação federal e municipal exige a aposição de atesto de recebimento das mercadorias e serviços entregues ao ente público como condição para pagamento do objeto contratado, o que não vem sendo realizado no âmbito dos contratos de fornecimento de mercadorias adquiridas pela Secretaria de Assistência Social:

CONSIDERANDO que existem contratos de fornecimento de mercadorias pendentes de execução e entregas de mercadorias, e que vem sendo executados, sem nenhuma justificativa jurídica e legal aceitável, sem a correspondência entre as mercadorias entregues e as notas fiscais emitidas por alguns fornecedores, o que, por si só, já configura grave irregularidade e ilicitude na execução e fiscalização dos contratos de fornecimento de gêneros alimentícios;

CONSIDERANDO que as formalidade de execução dos contratos administrativos existem e se fundam na utilidade e necessidade de formalização para fiscalização dos atos administrativos;

CONSIDERANDO que a gama de atribuições extrajudiciais advindas com a Constituição Federal de 1988 trouxe ao Promotor de Justiça a necessidade de adotar uma postura proativa e resolutiva em relação aos conflitos sociais, concentrando os seus recursos e esforços na busca de respostas preventivas para os problemas comunitários.

RECOMENDA ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Nova Andradina/MS, bem como aos respectivos Secretários Municipais, em especial o Secretário de Assistência Social, com fundamento no art. 27, parágrafo único, IV, da Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e art. 44 da Resolução nº 015/2007-PGJ, para:

I- Respeitar o regramento previsto em Lei (federal e municipal) para a execução, liquidação e fiscalização dos contratos de fornecimento de mercadorias;

II- Proceder à auditoria interna (controle interno) de todos os contratos administrativos firmados pelo município para atender à Secretaria de Assistência Social do Município de Nova Andradina;

III- Encaminhar ao Tribunal de Contas deste estado (controle externo) cópia dos contratos administrativos firmados pelo Município para atender a Secretaria de Assistência Social, solicitando auditoria pela Corte de Contas para examinar e proferir parecer sobre a regularidade ou irregularidade dos referidos contratos e sua execução e liquidação;

IV- Instituir e exigir rígido e formal controle de entrada e saída de mercadorias e bens adquiridos pelo Município de Nova Andradina para atender à Secretaria de Assistência Social e demais secretarias deste ente, especialmente nos depósitos onde são entregues e armazenados os referidos bens, assim como em qualquer lugar onde forem entregues os aludidos bens e serviços, mediante conferência e atesto de recebimento deles, sob pena de responsabilização do servidor que não o fizer ou o fazer de maneira incompleta;

V- Suspender, enquanto não implantado o controle citado no item anterior, e sem demora injustificável que prejudique a população, a execução e liquidação de contratos vigentes para entrega de mercadorias e bens que não atendam os critérios sugeridos nesta recomendação ministerial, sem prejuízo da responsabilidade do município pelas suas obrigações constitucionais no que tange à política pública atribuída constitucionalmente ao ente municipal;

Deverá o Prefeito Municipal informar e comprovar nesta 1ª Promotoria de Justiça, em até 10 (dez) dias úteis, as providências adotadas, e publicar esta recomendação no Diário Oficial do Município e no “Website” da Prefeitura, remetendo cópia da publicação e informações a respeito do acatamento ou não dos itens desta recomendação a esta 1ª Promotoria de Justiça de Nova Andradina/MS.

Em caso de não acatamento desta Recomendação, o Ministério Público Estadual adotará as medidas legais necessárias a fim de assegurar a sua implementação, inclusive pela prática de ato de improbidade administrativa, porquanto afastada a boa-fé justamente pelo teor desta Recomendação e pela aceitação, por conta e risco de Vossa Excelência, da manutenção das irregularidades apontadas nesta recomendação.

Para melhor cumprimento e divulgação, remeta-se cópia da presente recomendação para publicação de seu inteiro teor no Diário Oficial do Ministério Público e, igualmente, encaminhe-se ao Poder Legislativo do Município de Nova Andradina/MS, para conhecimento e providências que entender pertinentes no âmbito do Poder Fiscalizatório do legislativo.

Decorrido o prazo, com ou sem resposta, certifique neste procedimento e retorne concluso.



Nova Andradina/MS, 01 de agosto de 2022.

PAULO HENRIQUE MENDONCA DE FREITAS  
Promotor de Justiça

---

**COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA**

---

**ANAURILÂNDIA**

---

**INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2022.00000187-0**

Anaurilândia/MS, 18 de julho de 2022

EDITAL Nº 0004/2022/PJ/AID

A Promotoria de Justiça de Anaurilândia/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Floriano Peixoto, nº 1001, Centro, Ed. do Fórum, Anaurilândia/MS.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderão ser integralmente acessados via internet no endereço eletrônico <http://consultadeprocementos/consulta/SAJ/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000187-0.

Requerente: Promotoria de Justiça da Comarca de Anaurilândia.

Requerido(s): Luiz Castilho.

Assunto: Apurar irregularidade jurídica ambiental referente a supressão de 2,688 hectares em área de Mata Atlântica, na Fazenda Três Meninos, em Anaurilândia, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental nº 002/2ºGPM/1ºPEL/5ªCIA/BPMA/2021.

Anaurilândia/MS, 18 de julho de 2022

EDIVAL GOULART QUIRINO  
Promotor de Justiça.

---

**BATAYPORÃ**

---

**EDITAL Nº 0024/2022/PJ/BIP**

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2022.00000802-0, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar no endereço Rua Jair Abranches Mella, nº 1.203, Centro, Batayporã-MS.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000802-0

Requerente: Ministério Público

Requerido: Câmara Municipal de Taquarussu-MS

Assunto: Apurar eventual recebimento irregular de 13º salário por parte dos vereadores de Taquarussu, em razão da ausência de lei/resolução regulamentadora para o pagamento da gratificação natalina, na legislatura de 2021.

Batayporã, 01/08/2022.

MURILO HAMATI GONÇALVES  
Promotor de Justiça Substituto





---

**SETE QUEDAS**

---

**EDITAL N° 0032/2022/PJ/STQ**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sete Quedas/MS, cumprindo o disposto no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, no artigo 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993 e no artigo 26, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, torna público a quem possa interessar que instaurou o Procedimento Preparatório abaixo relacionado:

PP - Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000817-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Francisco Pirolli – Prefeito Municipal de Sete Quedas/MS

Assunto: Apurar a prática de eventual ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública, consistente na contratação temporária, em tese, ilegal de Thais Hara Ribeiro para exercício do cargo de Enfermeira.

Com a publicação, faculta-se a qualquer pessoa prestar informações para esclarecimento dos fatos, dando conta de que os autos se encontram à disposição dos interessados nesta Promotoria de Justiça.

Sete Quedas/MS, 02 de agosto de 2022.

MAYARA SANTOS DE SOUSA

Promotora de Justiça Substituta